



BOLETIM DEPE

Fevereiro de 2022



PUC-SP

Programa de Pós Graduação em Economia Política

Departamento De Economia

DEPE

Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica

Ano VII, número 47



Nesta Edição

Brasil: Atividade Econômica.....	02
IBC-Br	02
Mercado de Trabalho.....	04
Crédito – Sistema Financeiro Nacional.....	07
Economia de Francisco	14
Cesta Básica	14
Microcrédito	16



Brasil: Atividade Econômica

IBC-Br

O ano de 2021 terminou com avanço no índice que acompanhamos nesta seção do Boletim.

Houve avanço de 0,33% na passagem do mês, implicando com isso um trimestre estável (0,01%) e, no ano, avanço de 4,72%.

Cabe ressaltar o tombo histórico da economia em 2020 por conta da pandemia da covid-19, o que explica esse crescimento anual, tanto que o índice de dezembro de 2021 (139,73 pontos) está apenas 0,27% acima do verificado em fevereiro de 2020 (139,36 pontos). Esses dados levam em conta a série dessazonalizada.

Na série com dados observados o movimento é similar, com alta de 1,22% na comparação mensal, queda de 1,19% na comparação trimestral e 4,50% no ano.

Na tabela abaixo é possível verificar os dados mencionados:

TABELA 1

IBC-BR Setembro de 2021

	Observado	Dessazonalizado
Dezembro21/Novembro21	1,22%	0,33%
Dezembro 21/Dezembro20	1,30%	0,87%
Trimestre/trimestre	-1,19%	0,01%
Trimestre/trimestre ano anterior	0,26%	0,60%
No ano	4,50%	4,72%
12 meses	4,50%	4,72%

Fonte: BCB. Elaboração: DEPE-PUCSP



Os dados do IBC-Br reforçam a hipótese de que estamos por volta do patamar verificado antes do início da pandemia, mas o crescimento notadamente perdeu fôlego, o que levará a um carregamento estatístico bastante modesto para 2022, trazendo incertezas com relação a capacidade do atual governo de entregar alguma melhoria social, notadamente, queda na taxa de desemprego que, conseqüentemente, somente será viabilizada com crescimento econômico.

No último Boletim Focus as expectativas davam conta de um modesto PIB esperado em 0,30% e já começaram as revisões para baixo do indicador de 2023 (1,50% ante 1,75% um mês atrás).



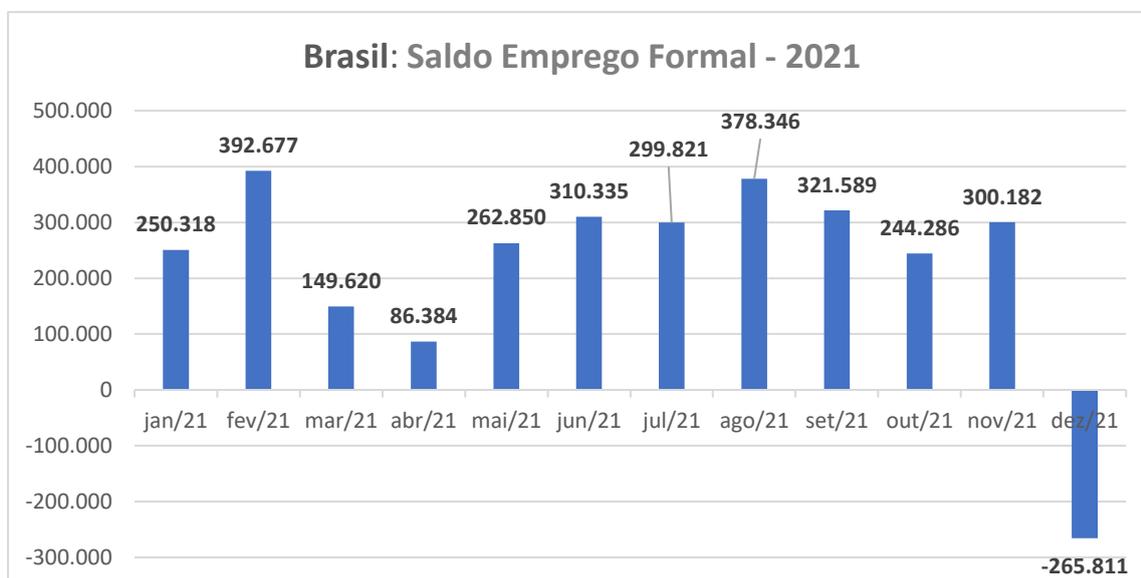
Mercado de Trabalho

Novo CAGED Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

De acordo com os dados divulgados do Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), em dezembro de 2021, foi registrado saldo negativo de -265.811 nos postos formais de trabalho (resultado de 1.437.910 admissões e de 1.703.721 desligamentos).

Com exceção do setor de comércio (+9.013), todos os demais apresentaram saldo negativo nas contratações no período: Serviços (-104.670), Indústria Geral (-92.047), Construção Civil (-52;033) e agropecuária (-26.073).

No acumulado do ano 2021 temos o saldo acumulado de 2.730.597, conforme demonstram os gráficos a seguir, com saldo mensal e por categoria econômica. No recorte regional, temos: Sudeste (+1.349.692), Sul (+480.771), Nordeste (+474.578), Centro Oeste (+263.304), e Norte (+154.667).



Fonte: IBGE-PNAD Contínua / Elaboração: DEPE-PUC/SP



Reforma Trabalhista:

No saldo acumulado em 2021 foram celebrados 218.718 desligamentos por acordo entre empregado e empregador. O saldo de contratações por contrato de trabalho intermitente foi de 91.340. Para os contratos de trabalho em regime parcial, o saldo observado no período foi de 35.637.

PNAD Contínua

De acordo com os últimos dados divulgados na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), para o trimestre móvel de setembro, outubro e novembro de 2021, o número de desocupados atingiu cerca de 12,4 milhões de pessoas, redução de 1,4 milhão de pessoas (10%) sobre o trimestre imediatamente anterior, e redução de 2,1 milhões pessoas (14,5%) na comparação com o mesmo trimestre móvel de 2020. A taxa de desocupação ficou em 11,6%, redução de 1,6 p.p. sobre o trimestre anterior, e 2,8 p.p. na comparação com 2020.

No trimestre móvel terminado em novembro de 2021 houve aumento de 1,73 milhão de pessoas na força de trabalho (1,6%) na comparação com o trimestre anterior, em relação ao mesmo trimestre de 2020 há forte aumento de cerca de 6,2 milhões de pessoas (6,2%), representando a volta das pessoas a procurar trabalho com o relaxamento das medidas de isolamento ao logo do trimestre móvel. Outro dado que aponta para essa grande volta de pessoas no mercado de trabalho é a população fora da força de trabalho, que teve queda (2,0%) em relação ao trimestre anterior, e retração ainda mais expressiva, de cerca de 4,6 milhões pessoas (6,7%) sobre 2020.

O número de ocupados cresceu fortemente (3,5% ou 3,2 milhões de pessoas) na comparação com o trimestre imediatamente anterior e 9,7%, cerca de 8,3 milhões de pessoas, em relação ao mesmo trimestre de 2020. Entre as diferentes ocupações, em relação ao trimestre anterior, foi observado crescimento de 4,0% no empregado no setor privado com carteira assinada e 7,4% no empregado sem carteira, no empregado doméstico (6,0%) o conta própria (2,3%), com destaque para o com CNPJ (5,4%).

Na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano passado, a única variação negativa foi observada no setor público (-3,7%). As maiores variações positivas foram no emprego doméstico (22,5%), seguido pelo empregado sem carteira no setor privado, aumento de 18,7% (cerca de 1,9 milhão de pessoas), conta própria (14,3%) com destaque para o com cnpj (19,3%).

O total de pessoas subutilizadas (pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial) alcançou o contingente de 29,09 milhões de pessoas, queda de 7,1% (cerca de 2,2 milhões de pessoas) na comparação com o mesmo trimestre de 2020 e queda de cerca de 3,5 milhões de pessoas (11,0%), sobre o trimestre imediatamente anterior.

Em relação ao rendimento habitual do trabalho, a média real de todos os trabalhos (R\$ 2.444), com queda de 4,5% sobre o trimestre imediatamente anterior, e 11,4% na comparação com o mesmo trimestre de 2020, reflexo da alta da inflação e do crescimento de ocupações com menor remuneração.



como o emprego sem carteira e o conta própria. A massa real de rendimentos totalizou R\$ 227 bilhões, diminuição de 1,0% na comparação com o trimestre anterior e queda de 2,6% sobre 2020.

Mercado de trabalho – Indicadores selecionados

Posição no mercado de trabalho/Período	set-out-nov 2020	jun-jul-ago 2021	set-out-nov 2021	Trim. Atual/Trim. Anterior(%)	Diferença	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença
Na força de trabalho	101.087	105.599	107.334	1,6	1.735	6,2	6.247
Ocupadas	86.573	91.725	94.930	3,5	3.205	9,7	8.357
Desocupadas	14.514	13.874	12.405	-10,6	-1.469	-14,5	-2.109
Fora da força de trabalho	69.456	66.154	64.816	-2,0	-1.338	-6,7	-4.640
Subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas	6.784	7.792	7.579	-2,7	-213	11,7	795
Na força de trabalho potencial	11.386	9.648	9.111	-5,6	-537	-20,0	-2.275
Desalentadas	5.701	5.238	4.882	-6,8	-356	-14,4	-819
Desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial	32.684	31.315	29.094	-7,1	-2.221	-11,0	-3.590
Empregado C/ carteira setor privado	31.580	32.894	34.224	4,0	1.330	8,4	2.644
Empregado S/ carteira setor privado	10.260	11.342	12.179	7,4	837	18,7	1.919
Emprego doméstico	4.580	5.294	5.609	6,0	315	22,5	1.029
Setor público	11.704	11.230	11.275	0,4	45	-3,7	-429
Empregador	3.856	3.739	3.866	3,4	127	0,3	10
Conta própria	22.609	25.253	25.841	2,3	588	14,3	3.232
Conta própria com CNPJ	5.349	6.056	6.380	5,4	324	19,3	1.031
Conta própria sem CNPJ	17.259	19.197	19.461	1,4	264	12,8	2.202
Trab. familiar auxiliar	1.985	1.973	1.936	-1,9	-37	-2,5	-49
Rendimento real médio (R\$)	2.757	2.559	2.444	-4,5	-115	-11,4	-313
Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$ milhões)	233.033	229.402	227.032	-1,0	-2.370	-2,6	-6.001

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Ana Paula Negreli Persici Vassallo, advogada e mestre em Economia Política pela PUC-SP
Miguel Huertas Neto, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP



Crédito

Crédito - Sistema Financeiro Nacional

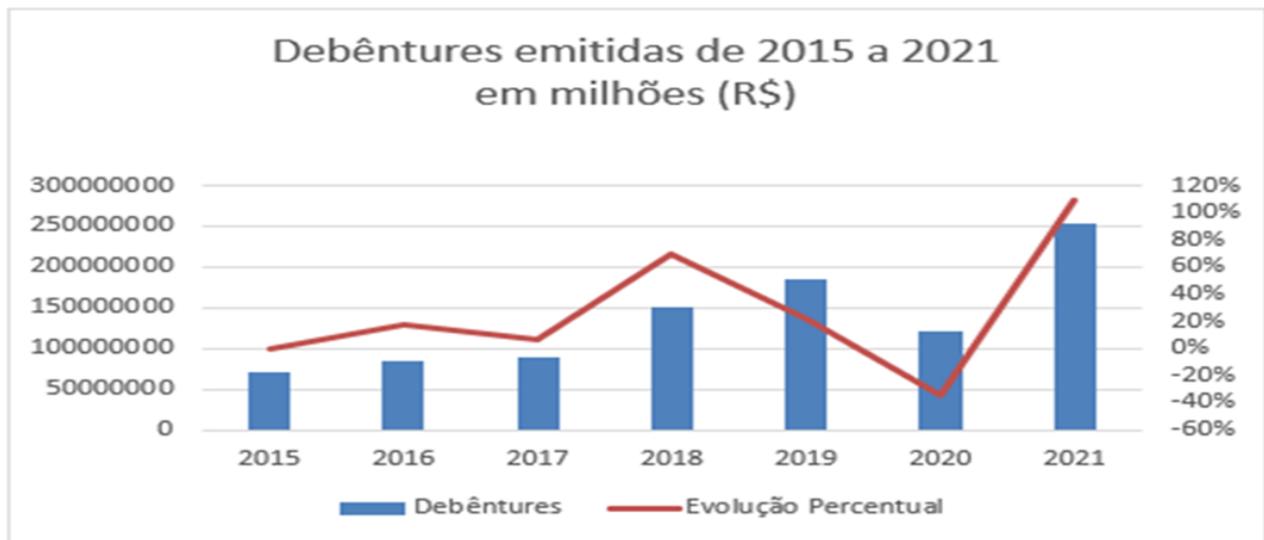
Brasil: Quadro Resumo Saldo do Crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) : Dezembro / 2021

	Item	Medida	Variação			Comentários	
			Mês	Ano	12 meses		
Posição Geral	Saldo Crédito SFN S/PIB	54,00%	0,60%	0,2%	0,20%	Elevação no saldo do crédito em relação ao PIB.	
	Saldo Crédito SFN (R\$)	R\$ 4.684,2 bilhões	1,90%	16,50%	16,50%	Crescimento mais acentuado no mês na pessoa jurídica.	
	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 1.976,1 bilhões	2,30%	11,10%	11,10%	Crescimento expressivo no mês na carteira de pessoa jurídica.	
	Carteira Pessoa Física	R\$ 2.708,1 bilhões	1,7%	20,80%	20,80%	Crescimento na carteira de pessoa física, porém, menor que o verificado anteriormente.	
	Concessão (R\$)	R\$ 496,8 bilhões	8,10%	19,00%	19,00%	Elevação acentuada no mês.	
	Inadimplência	2,30%	0,00%	0,20%	0,20%	Estabilidade nos últimos 8 meses.	
	Spread bancário	15,8 p.p.	0,50%	1,40%	1,40%	Elevação no mês	
Recursos	Livres	Saldo Total	R\$ 2.803,4 bilhões	2,60%	20,70%	20,70%	
		Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 1.290,9 bilhões	3,60%	18,30%	18,30%	Destaques: Ano para crescimento da modalidade de duplicatas e antecipação da fatura de cartão, conta garantida, aquisição de veículos e ACC. Tivemos redução em capital de giro até 365 dias
		Spread bancário	10,0 p.p.	0,40%	2,30%	2,30%	
		Inadimplência	1,50%	-0,10%	0,10%	0,10%	
		Carteira Pessoa Física	R\$ 1.512,6 bilhões	1,90%	22,80%	22,80%	Destaques: No ano os destaque são para o crescimento do crédito pessoal, aquisição de veículos e cartão de crédito.
		Spread bancário	34,8 p.p.	1,30%	2,70%	2,70%	
		Inadimplência	4,40%	0,10%	0,20%	0,20%	
	Direcionados	Saldo Total	R\$ 1.880,8 bilhões	0,90%	10,80%	10,80%	
		Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 685,2 bilhões	0,00%	-0,30%	-0,30%	Destaques: Redução no ano de 0,3% contra um crescimento de 22,8% em 2020.
		Spread bancário	3,0 p.p.	0,00%	-1,80%	-1,80%	
		Inadimplência	1,00%	0,00%	0,20%	0,20%	
		Carteira Pessoa Física	R\$ 1.195,6 bilhões	1,40%	18,40%	18,40%	Destaques: As famílias apresentaram um crescimento de 18,4% contra uma alta em 2020 de 11,7%.
		Spread bancário	3,3 p.p.	-0,10%	-1,60%	-1,60%	
		Inadimplência	1,30%	0,00%	0,10%	0,10%	

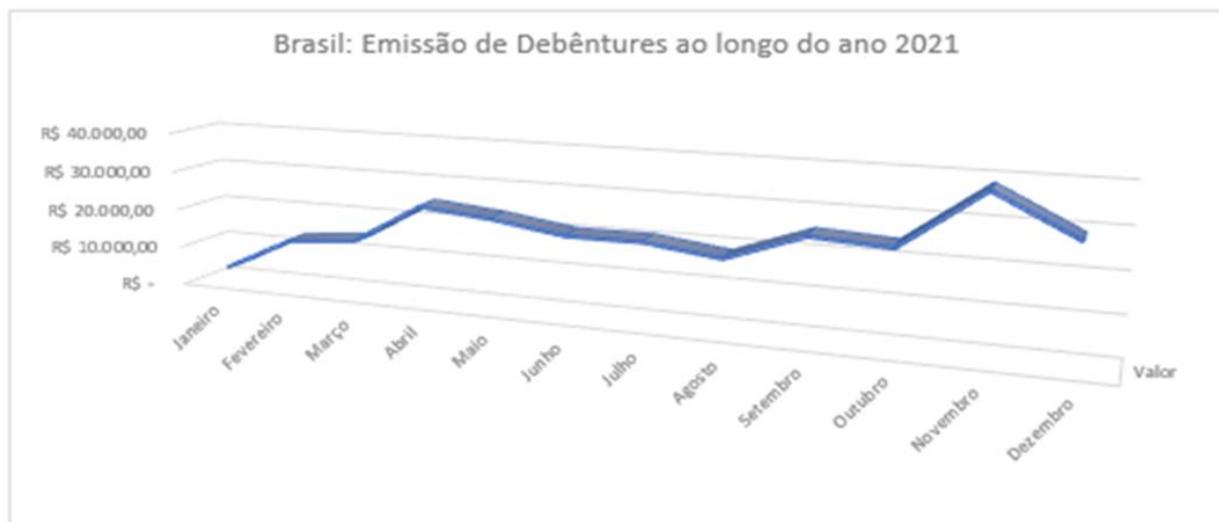
Fonte: BCB e elaboração DEPE

Crédito: Mercado de Capitais

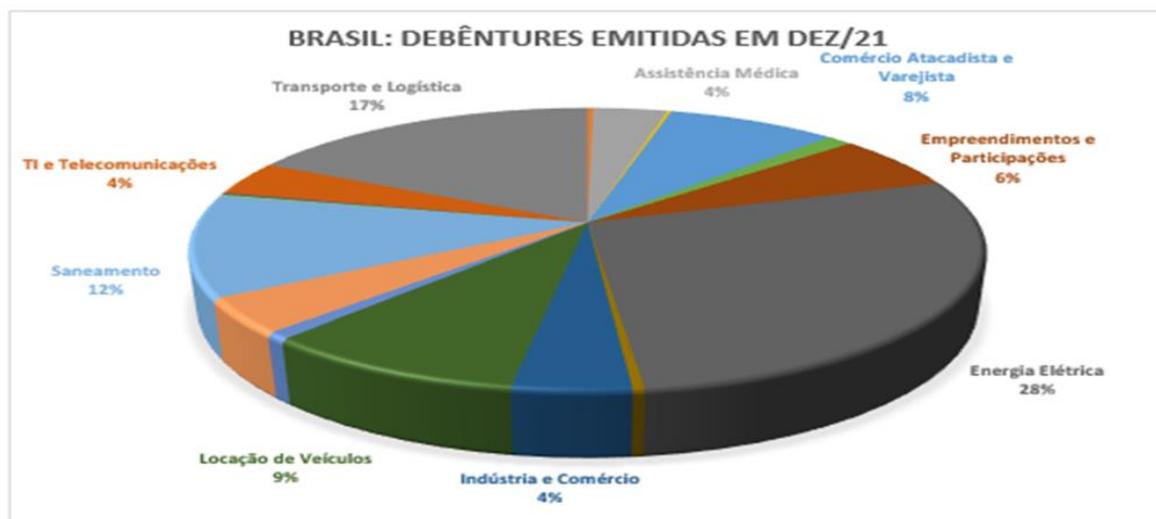
Crédito: Debêntures



Fonte: Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais



Fonte: Anbima – Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais e Elaboração DEPE



Fonte: Anbima - Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais e Elaboração DEPE

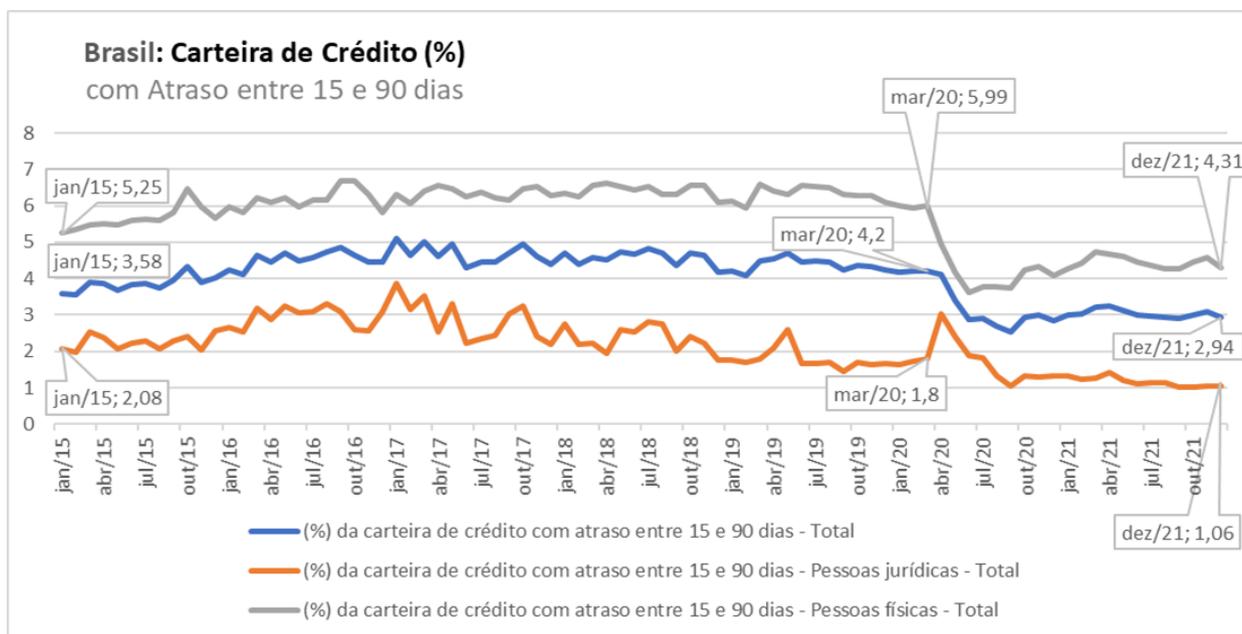
Crédito: Ações



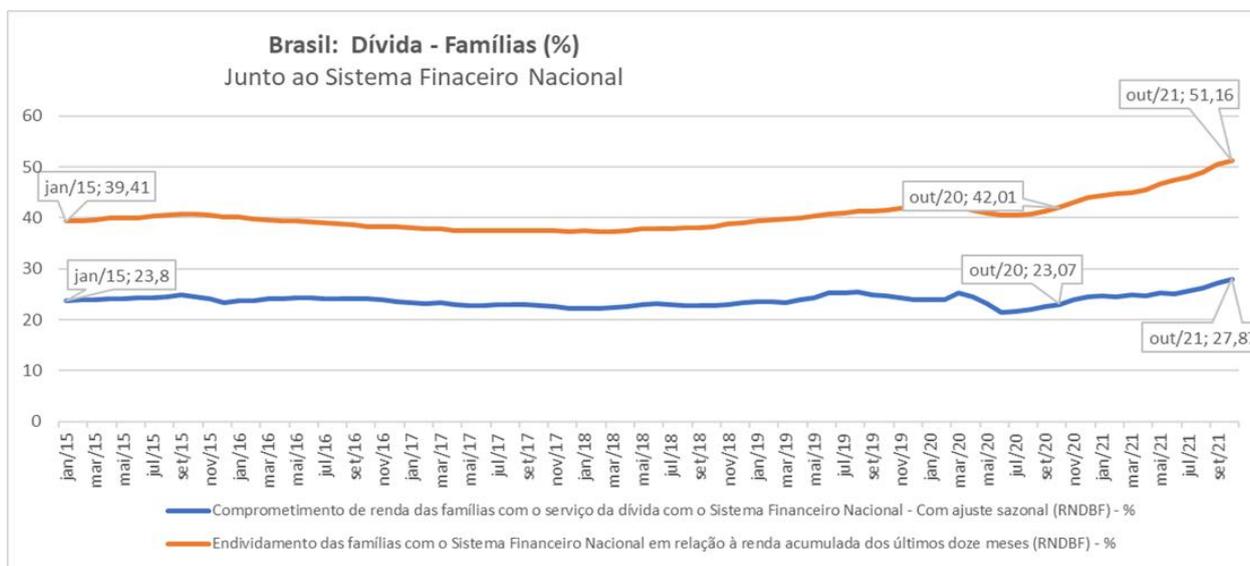
Fonte: Anbima - Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais e Elaboração DEPE



Endividamento



Fonte: BCB e elaboração DEPE



Fonte: BCB e elaboração DEPE



Crédito: Análise

O crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em dezembro/21, apresentou crescimento de 1,90% perante o mês anterior, o resultado nos últimos 12 meses foi de acumulado em 16,50%, o crescimento mais expressivo no mês ocorreu na pessoa jurídica. O saldo consolidado foi de R\$ 4.684,2 bilhões. A inadimplência em dezembro/21 ficou estável em relação ao mês anterior no patamar de 2,30%, mesmo percentual verificado nos últimos 8 meses. O spread bancário ficou no patamar de 15,8 p.p. crescimento de 0,50% no mês

O ano de 2021 encerra com o total de emissões em debêntures e ações no valor de R\$ 381.5 bilhões.

A soma dessas emissões, representa o equivalente a 58% a mais, do que fora emitido no ano anterior.

O ano de 2021 foi o ano de maior captação da série histórica para as debêntures, tendo o seu valor superado os R\$ 253 bilhões.

A elevação da taxa de juros ao longo de 2021 e o contínuo crescimento da média de captação das debêntures ao longo do ano, demonstra a preferência das empresas (desde que tenham acesso) no recebimento de recursos por meio do mercado de capitais, com custos mais baixos ao financiamento dos bancos, comprometendo em menor parcela os fluxos de caixa das empresas.

No mais, o mês de dezembro/21 foi o segundo melhor mês do ano, com o setor de energia elétrica em destaque pelos 28% de captação do valor total. A equatorial energia, que emitiu o volume de R\$ 2 bi, teve sua destinação de recursos para “aumento de capital” e ampliação de projetos de linha de transmissão das subsidiárias na região do nordeste (Bahia).

O mês de dezembro/21 fecha sem emissões de follow on ou de IPO, no entanto havia mais de R\$ 406 milhões de reais em oferta em andamento segundo a Anbima.



O desempenho do endividamento está sendo analisado em duas perspectivas. A primeira, mostra o percentual da carteira de crédito em atraso entre 15 e 90 dias. Os dados divulgados para o mês de dezembro/21, apresenta redução com relação ao mês anterior, o percentual da carteira total ficou em 2,94% contra 3,09% do mês anterior.

O segundo gráfico possui duas séries, uma de endividamento e outra de comprometimento da renda das famílias junto ao sistema financeiro nacional (SFN). Em dezembro/2021 o Banco Central do Brasil, substituiu a estimativa da massa salarial ampliada disponível (MSAD), medida utilizada para apurar o nível de endividamento e o comprometimento da renda até então utilizada. A partir desta data, o BCB passa a calcular e divulgar a Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF), que foi detalhada na nota técnica 55 de dezembro de 2021. Com isso, a nova estimativa passa a capturar por exemplo, eventos extraordinários de mais difícil inclusão no indicador anterior, como os saques do FGTS em 2017 e 2019 e os pagamentos do auxílio emergencial realizados em 2020 e 2021. Com isso, a projeção mensal da renda fica mais próxima do apurado nas Contas Nacionais e calculadas pelo IBGE e permite um aprimoramento no acompanhamento deste tópico das análises da conjuntura econômica.

Nestas curvas o último dado disponível é do mês de outubro/21 e ambas apresentam relevante elevação com relação ao mês anterior (mesmo que agora, em patamares menores do que os observados anteriormente, em função da mudança da metodologia do rendimento nacional explicado anteriormente). O comprometimento da renda das famílias frente aos pagamentos e amortizações, ficou no patamar de 27,87%. Já o endividamento das famílias também subiu, apresentou um aumento para o nível de 51,16%.

O Sindicato das Micros e Pequenas Indústrias do Estado de SP (Simpipi), divulga periodicamente uma pesquisa de indicadores junto às empresas e o último dado foi coletado no mês de novembro/21. Destacaremos quanto as empresas que realizaram a consulta e obtiveram sucesso no empréstimo ou financiamento, tivemos uma queda significativa com relação ao mês anterior, ficando em 42%, contra 52% do mês de outubro/21.

O crescimento do crédito verificado ao longo de 2021, teve como protagonismo a pessoa física, em um movimento diferente do verificado em 2020. No primeiro ano da pandemia do Covid-19, há um crescimento no início do crédito para as grandes empresas por parte dos bancos, e sobretudo, após os programas de incentivo ao crédito para as micros, pequenas e médias empresas consolidam a relevância da pessoa jurídica naquele ano.



Em 2021 o Comitê de Política Monetária (Copom), passa a elevar a taxa de juros de curto prazo, com isso, há uma elevação também das diversas modalidades de taxas de juros do crédito, como as apuradas pela Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade que chegam à 346,52% para o cartão de crédito e 119,72% cobradas pelas financeiras para o mês de dezembro/21. O endividamento das famílias, mesmo com a mudança metodológica descrita pelo BCB, atingiu o patamar de 51,16% em outubro/21 superando em 11,75% o apurado em janeiro/15. Todo esse cenário traçado do crédito, aprofunda para o ano de 2022, um quadro de mais instabilidade para o país.

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP.



Economia de Francisco

Cesta Básica

A preocupação com o custo da alimentação é uma questão que permeia as relações sociais há séculos e motivos de constantes embates e discussões em pautas sindicais, pois tem impacto direto na possibilidade ou não de subsistência do trabalhador face um determinado nível de renda. No Brasil, a Cesta Básica foi definida pelo Decreto Lei nº 399 de 1938 e vigora até os dias de hoje, dizendo quais produtos e suas respectivas quantidades são necessárias, por regiões, para garantir o nível mínimo de alimentação necessária. Dessa maneira, desde 1959 o DIEESE passou a realizar o levantamento do custo da Cesta Básica de Alimentos.¹

Cesta Básica Mensal

O ano começou muito parecido com o que temos visto, quase todos os meses, com relação ao preço da cesta básica. Aumento. Das 17 capitais onde é realizada a pesquisa pelo DIEESE, em 16 houve alta. As altas mais expressivas se deram em Brasília (6,36%), Aracaju (6,23%), João Pessoa (5,45%), Fortaleza (4,89%) e Goiânia (4,63%). Apenas Porto Alegre (-1,45%) apresentou recuo.

O maior preço foi verificado em São Paulo (R\$ 713,86) e, tomando por base a cesta básica mais cara e comparando ao salário mínimo nacional líquido (deduzida a parcela da Previdência Social) um trabalhador na capital paulista que tenha como remuneração o piso nacional irá comprometer 63,67% da sua renda para adquirir a Cesta Básica. Na média em janeiro essa relação ficou em 55,20%.

O tempo médio de trabalho para adquirir a cesta em janeiro foi de 112 horas e 20 minutos. Em dezembro havia sido de 119 horas e 53 minutos. Cabe lembrar que agora em janeiro o salário mínimo nacional aumentou 10,18%.

¹ Para maiores informações metodológicas ver Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, disponível em <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>



Abaixo temos os dados para as 17 capitais onde a Cesta Básica é pesquisada atualmente:

TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos
Custo e variação da cesta básica em 17 capitais
Brasil – janeiro de 2022

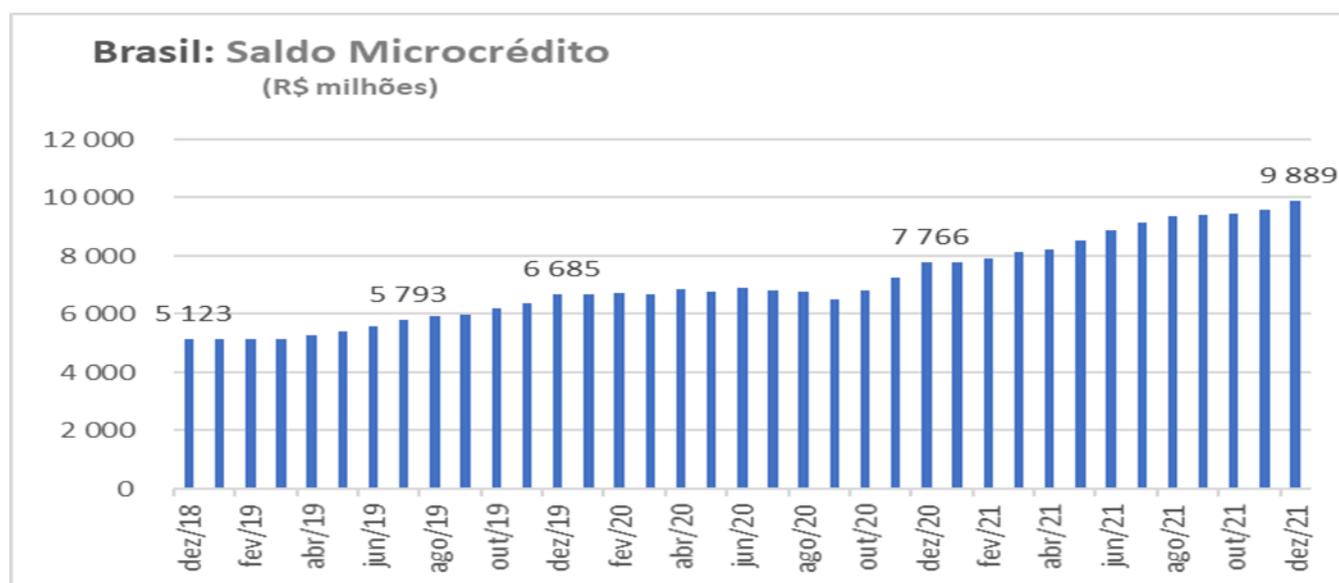
Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação em 12 meses (%)
São Paulo	713,86	3,38	63,67	129h35m	9,13
Florianópolis	695,59	0,87	62,05	126h16m	6,79
Rio de Janeiro	692,83	3,99	61,80	125h46m	7,58
Vitória	677,54	2,35	60,44	122h59m	8,47
Porto Alegre	673,00	-1,45	60,03	122h10m	7,47
Brasília	661,09	6,36	58,97	120h00m	7,62
Campo Grande	660,11	2,92	58,88	119h49m	14,08
Curitiba	636,57	1,29	56,78	115h33m	13,73
Belo Horizonte	632,83	4,57	56,45	114h52m	6,85
Goiânia	624,91	4,63	55,74	113h26m	8,73
Fortaleza	607,35	4,89	54,17	110h15m	13,96
Belém	563,97	1,27	50,31	102h22m	11,17
Natal	551,06	4,06	49,15	100h02m	21,25
Recife	543,10	2,02	48,44	98h35m	14,52
Salvador	540,01	4,21	48,17	98h01m	10,45
João Pessoa	538,65	5,45	48,05	97h46m	14,15
Aracaju	507,82	6,23	45,30	92h11m	12,64

Fonte: DIEESE

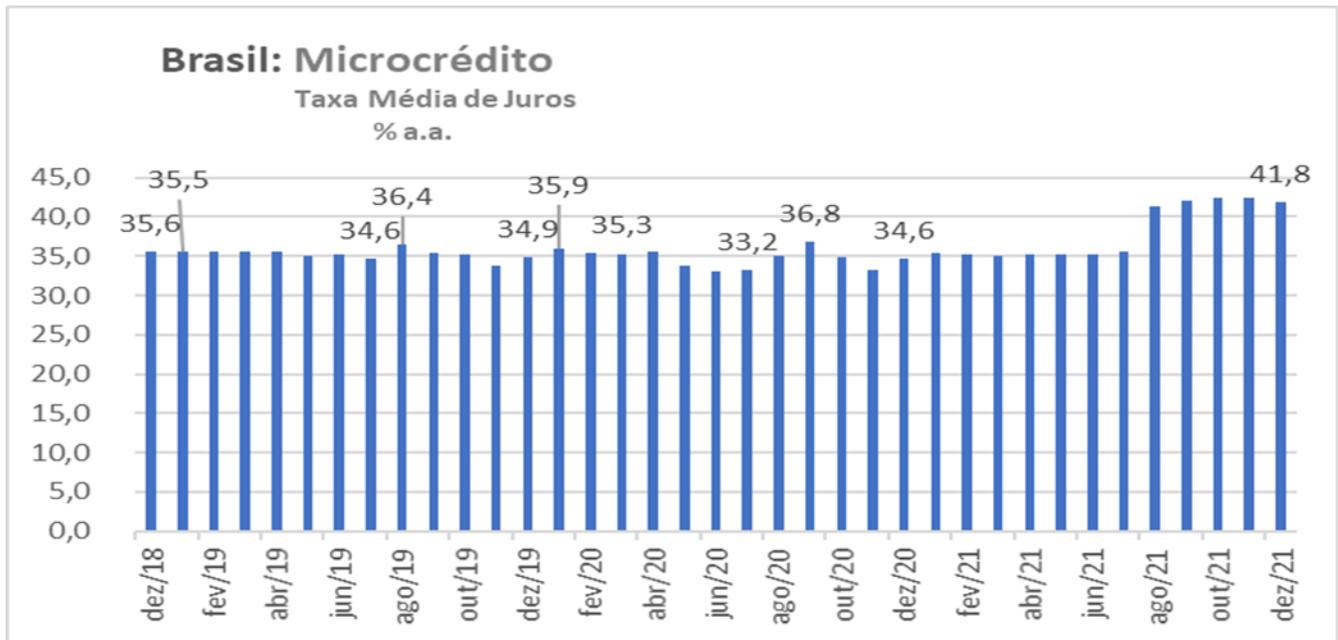


Microcrédito

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) tem dentre suas funções básicas, aquecer a geração de trabalho e renda para os microempresários, explorando os dados apresentados nos gráficos abaixo, de saldo e taxa média de juros mensais do microcrédito, observamos que o saldo do microcrédito em dezembro/21 ficou em R\$ 9.889 milhões, um crescimento de 3,3% mês. Quanto a taxa de juros cobrada, apresentou um recuo de -0,6% primeira queda desde junho/21, porém, em um patamar elevado ficando em 41,8% a.a., como reflexo das sucessivas elevações da Taxa Selic decididas pelo Comitê de Política Monetária (Copom).



Fonte: BCB



Fonte: BCB

Ana Claudia Del Ciel, mestranda em Serviço Social pela PUC-SP

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP

Rodolfo Viana, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP



Expediente

Boletim DEPE, Ano VII, n.47.

Professor responsável: Antonio Corrêa de Lacerda, Prof. Dr. da PUCSP

Equipe de redação:

Ana Claudia Del Ciel, mestranda em Serviço Social pela PUC-SP;

Andrey G. Barbato, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP (**Coordenador**);

Ana Carolina Gimenes dos Santos – Economista, mestre em Economia política (PUC-SP);

Cassio Oliveira bacharel em RI e mestrando Economia PUC-SP (**Coordenador**);

Emerson Braz, graduando em Economia pela PUC-SP;

Isadora Teixeira Araújo, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

João Frazão, economista, MBA em gestão empresarial (ESPM-SP) mestrando em história econômica pela USP;

José Victor Perroni Cassiolato, economista e mestrando em Economia Política pela PUC-SP (**Coordenador**);

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Marisa Mathis, mestranda em economia Política pela PUC-SP;

Miguel Huertas Neto, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Paulo Henrique Santos, mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Ricardo Reis, economista, mestrando em Economia pela PUC – SP;

Rodolfo Viana, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP;

Tiago Antônio de Oliveira, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP.

Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE)

Programa de Pós Graduação em Economia Política da PUC-SP (PEPGEP) Rua

Ministro Godoi, 969, 4º andar, sala 4E17, Perdizes, São Paulo/SP

Tel. 11-3670-8516

E-mail ecopol@pucsp.br; boletimdepepucsp@gmail.com

Site <http://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/economia>

Edição elaborada com informações disponíveis até 15/02/2022.